

# Comércio admite restrições se peso for distribuído

Alguma reforma bancária terá de vir. O desafio será consolidar os múltiplos orçamentos que levam o dinheiro de um lado para outro da administração de forma inflacionária. BB e BC deverão ter seus papéis melhor caracterizados.

Alguma reforma bancária há de vir — esta é a convicção generalizada nos meios financeiros. As Leis 4.595/64 e 4.728/65, que regulam a área bancária e a de mercado de capitais tornaram-se insuficientes para a nova realidade dos conglomerados e da multiplicidade de mercados financeiros compartimentados.

Do lado governamental, o Banco do Brasil permanece com funções que são provisórias há 20 anos e o Banco Central não deixou também de ser um transitório banco de fomento. A dívida pública atingiu níveis que jamais o Prof. Octávio Gouvêa de Bulhões teria imaginado ao lançar as ORTNs.

O que teria tudo isso a ver com a elevada taxa de inflação, o altíssimo patamar das taxas de juros, a insegurança institucional do mercado financeiro, as intervenções e liquidações, os orçamentos múltiplos que turvam a contabilidade pública, as distorções da Sunamam, do IAA, etc.?

A reforma bancária que há de vir poderá ter maior ou menor abrangência. Ela poderá limitar-se a desembaraçar os corpos do Banco Central e Banco do Brasil, o que já será muito. O Banco do Brasil deixará de utilizar-se de uma conta de movimento que lhe assegura dinheiro a custo zero; o Banco Central deixaria de financiar o crédito rural.

Tudo ficaria melhor, mesmo sem nenhuma reforma formal, se as autoridades consolidassem os múltiplos orçamentos e fizessem com que fossem submetidos ao Congresso quaisquer aumentos de despesas, abstando-se de criar despesas em manobras secretas de gabinete.

Com o programa nuclear semi-estagnado, em 1984 a Nuclebrás pagou cerca de 1 bilhão de cruzeiros só para estocagem de peças.

O acordo com a Alemanha terá de ser revisito, se a administração não desejar rolar uma bola de neve.

Uma das mais pesadas heranças para o Governo Tancredo Neves será, sem dúvida alguma, o programa nuclear brasileiro. Orçado em US\$ 10 bilhões em 1975, com a previsão de construção de oito usinas nucleares e o ciclo do combustível, hoje ele eleva-se a US\$ 18,5 bilhões, dos quais US\$ 14,5 bilhões para as centrais e o restante para o ciclo do combustível (estes são só os custos diretos).

O custo financeiro ficou difícil de ser calculado, depois de sucessivos atrasos e consequente rolagem da dívida. A última estimativa oficial, feita por Furnas em 1981, falava em US\$ 24,5 bilhões, no máximo. Mas, extra-oficialmente esses valores superam os US\$ 30 bilhões.

Uma das principais questões para análise do novo governo será o Acordo Brasil-Alemanha. O Governo Tancredo Neves terá que decidir o que fazer diante dos compromissos assumidos, uma dívida externa de US\$ 1,9 bilhão, atrasos nos pagamentos aos fornecedores nacionais e um programa que não mais interessa ao Brasil tal como foi concebido. Será sua responsabilidade resolver este impasse e para isto precisará promover uma profunda investigação do programa nuclear, como sugere o físico Luis Pinguelli, conselheiro da Sociedade Brasileira de Física.

Para ele, a revisão do programa não pode limitar-se ao congelamento da construção de novas centrais nucleares, sem definir qual o projeto para orientação do complexo da Nuclebrás e suas subsidiárias. O acordo com a empresa alemã KWU de constituição dessas subsidiárias tem que ser desfeito, já que essas empresas não têm sentido social, são capital intensivo e empatado.

Há um consenso a favor da conclusão das duas primeiras usinas previstas pelo acordo — Angra 2 e 3, cujas obras são consideradas irreversíveis, e uma parada para repensar os destinos do programa nuclear. Em 1984, a Nuclebrás gastou US\$ 1 bilhão só para estocagem de peças, fora o que se pagou durante um ano e meio de armazenagem na Alemanha — cerca de US\$ 1,5 milhão. Todos os equipamentos pesados de Angra 2 e 3 já estão no Brasil.

A situação só não é pior porque a crise econômica obrigou-se de reduzir o gigantismo inicial do programa nuclear brasileiro. A Nuclebrás chegou a propor 27 usinas nucleares.



**A moratória dos graneleiros termina em junho. O governo pode elevar os fretes, e com eles os custos de transporte. A herança da Sunamam é pesada, pois os estaleiros estão com suas contas pendentes e com baixas encomendas.**

**A** renegociação da dívida da Sunamam e dos estaleiros com os bancos é apenas um, entre os muitos problemas que serão deixados ao próximo Governo, nas áreas de transporte marítimo e construção naval.

Dois meses após a sua posse, o novo Ministro dos Transportes terá que decidir, por exemplo, o que é melhor para o país: a prorrogação da moratória concedida aos navios graneleiros, de dois anos, que termina a partir de 5 de junho, ou a elevação dos fretes de forma a compatibilizar a receita desses barcos construídos em estaleiros nacionais com as prestações incidindo, principalmente, sobre o carvão e o trigo importados.

A Superintendência Nacional da Marinha Mercante (Sunamam), que perdeu para o BNDES as funções de banco de fomento à indústria naval, está sob exame de duas comissões de investigação — a Comissão de Tomada de Contas Especial e a Comissão de Inquérito — e do Tribunal de Contas da União. No Senado, prepara-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para analisar sua atuação, e na Câmara, um deputado reúne documentos que apoiarão uma Ação Popular contra a autarquia.

Na qualidade de gestor do Fundo de Marinha Mercante, o BNDES está encaminhando à Justiça a cobrança de dívidas contraídas por 280 empresas armadoras que operam na navegação interior e 57 que têm navios na cabotagem, todas inadimplentes.

E o anteprojeto de regulamentação do transporte marítimo, elaborado pelo atual superintendente da Sunamam, Almirante Jonas Correa da Costa Sobrinho, vem sendo criticado por armadores e trabalhadores, principalmente da estiva. Uma das questões em exame é saber quem deve ser especializado, se a empresa ou o navio: atualmente admite-se a existência de companhias de navegação especializadas em navios roll-on-roll-off (porta-veículos), mas a tendência em vigor na Sunamam é reconhecer a especialização, apenas, a nível de embarcação, o que abrirá esse mercado a todas as companhias armadoras, desde que comprem ou aluguem um navio desse tipo.

Por fim, o problema político e social gerado na crise da indústria da construção naval: ameaçados de desemprego, metalúrgicos que trabalham nos estaleiros passaram a fazer manifestações públicas, exigindo financiamento aos armadores para que façam encomendas de navios.

E ficará, mesmo, para o próximo Governo, explicar porque o 2º Programa de Construção Naval (2º PCN), que deveria durar de 1975 a 1979 e custar Cr\$ 25 bilhões, ainda não terminou e, por seu atraso, a Sunamam está sendo chamada a responder por uma dívida da ordem de Cr\$ 3 trilhões.

A Indústria brasileira cresceu 6,6% no ano passado. Um programa de austeridade e controle rigoroso da inflação poderá impedir a repetição dessa performance. Aberta, porém vacilante, continua a porta para as exportações.

**O** desempenho da indústria após o dia 15 parece estar fortemente condicionado à opção do Governo entre o combate duro e imediato à inflação ou a tentativa de manter a reação econômica de 1984, quando o setor industrial se expandiu à taxa de 6,67% dentro de um crescimento de 4,4% do PIB.

Outro fator condicionante é a obtenção pelas novas autoridades de um espaço cambial na renegociação da dívida externa que permita direcionar para setores prioritários recursos que não mais precisam ser aplicados em grandes projetos já terminados, como Itaipu, Tucuruí e Açominas, entre outros.

Para o diretor-executivo do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Gerencial (IDEG), João Corrêa do Lago Filho, a opção mais acertada será combater a inflação, mas dando espaço para crescimento dos setores industriais que ainda apresentem capacidade ociosa e sejam empregadores intensivos de mão-de-obra, como a construção civil. O desafio do novo Governo, segundo o executivo, é cortar os gastos do Governo nas despesas de custeio, sem reduzir ainda mais os investimentos e mantendo, assim, o nível de encomendas da administração direta e das empresas estatais ao setor privado.

Já na opinião do presidente do BNDES, José Carlos Medeiros da Fonseca, o desafio do novo Governo é a execução do plano estratégico da instituição, que destaca o desenvolvimento de setores tecnológicos de ponta, como a informática e a microeletrônica; a química e a petroquímica; a modernização e expansão da capacidade produtiva na siderurgia, produção de papel e celulose, fertilizantes e calcário agrícola, pesquisa mineral, mineração e metalurgia de não-ferrosos, bens de capital, bens de consumo, álcool e biomassa, e cimento.

O estudo contempla um cenário de ajustamento da economia brasileira, em que o maior crescimento seria da prospecção e produção de petróleo e gás natural e das indústrias para exportação, com um crescimento médio do PIB de 4,5% ao ano no período 1984/1990. No cenário da retomada, o crescimento poderá atingir 7% no período, privilegiando a prospecção e produção de petróleo e gás, empreendimentos substituidores de importações na química, mineração e metalurgia, indústrias voltadas para exportação e empreendimentos nos setores tecnológicos de ponta.

O comércio sofreu quedas substanciais nas vendas por nove meses consecutivos em 1983 e mais 10 em 1984, só começando a reagir no final do ano, quando houve crescimento de 2,2%. O começo de 1985 foi melhor, pois as vendas cresceram 3,4%. A taxa é significativa, levando-se em conta que no mesmo período do ano anterior houve queda de 39,8%. O presidente do Clube dos Diretores Lojistas, Sílvio Cunha, tem esperanças de que o futuro Presidente da República consiga equacionar "as cruciais dificuldades econômicas", e admitiu que a contenção de preços seria uma saída para os problemas brasileiros, desde que "observada por todos os segmentos da sociedade brasileira".

## OS DESAFIOS ECONÔMICOS DA NOVA REPÚBLICA